

MEDIOEVO Y LITERATURA

Actas del V Congreso de la Asociación
Hispanica de Literatura Medieval

(Granada, 27 septiembre - 1 octubre 1993)

Volumen III

Edición de Juan Paredes

GRANADA
1995

© ANÓNIMAS Y COLECTIVAS.

© UNIVERSIDAD DE GRANADA.

MEDIOEVO Y LITERATURA.

ISBN: 84-338-2023-0. (Obra completa).

ISBN: 84-338-2024-9. (Tomo I).

ISBN: 84-338-2025-7. (Tomo II).

ISBN: 84-338-2026-5. (Tomo III).

ISBN: 84-338-2027-3. (Tomo IV).

Depósito legal: GR/232-1995.

Edita e imprime: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Granada. Campus Universitario de Cartuja. Granada.

Printed in Spain

Impreso en España

O testemunho dos prologos na prosa didáctica moral e religiosa

Didáctico, edificante, devoto, espiritual, moralizante, religioso, apesar das suas *nuances* semânticas, surgem, um pouco indistintamente, associados a um tipo particular de literatura a que a história crítica não tem dado grande atenção¹ e que não foi ainda objecto de um estudo teórico sistemático. Não fosse a diversa consideração da literatura na época medieval, extensiva a tudo quanto beneficiasse do privilégio elitista da escrita, muitos tratados técnicos ou doutrinários seriam excluídos por excessiva aridez e rudeza. Por outro lado, a vontade de difundir um qualquer saber, impunha ao autor o recurso ao imenso manancial de narrativas breves e de máximas alheias susceptíveis de exemplificar e fundamentar, de forma persuasiva, a teoria apresentada. Em termos de idealidade retórica, à narrativa seria, por sua vez, associada uma moral que reiterava o seu sentido implícito ou revelava o seu significado oculto. É, portanto, com alguma dificuldade que se encontram tratados técnicos (do tipo do *Livro de ensinança de bem cavalgar toda sela*, de D. Duarte) ou doutrinários em estado puro. A fronteira balbuciante literário - não literário passa muitas vezes por esta associação de um discurso teórico e objectivo a uma visão do mundo plasmada em enunciados narrativos, interpretativos, ou simplesmente descritivos, tentando novas formas de expressão, como a alegoria. Penso, por exemplo, no *Castelo Perigoso*, traduzido de uma adaptação de um original francês, de um Fr. Roberto cartusiano.

A inexistência de uma forma de expressão exclusiva da literatura didáctica, aliada à transversalidade dos conceitos de “ensinança”, “avisamento”, “saber” no sistema literário medieval colocam alguns entraves à delimitação rigorosa de um *corpus*, pelo que, para o estudo dos testemunhos dos prólogos dentro desta área,

1. Um rápido percurso pelas histórias literárias oferece uma surpreendente disparidade de critérios taxionómicos.

me restringirei exclusivamente à prosa didáctica de temática moral e religiosa, em língua portuguesa².

Enquanto espaço de transição entre o texto e o extra-texto, o prólogo –que Gérard Genette define como uma “espécie de texto liminar (...), autoral ou alógrafo (...) num discurso produzido a propósito da obra que precede”³– é o elemento do paratexto⁴ mais susceptível de carrear informações sobre a inserção da obra no sistema literário da época, os condicionalismos da sua produção e recepção, o estatuto do autor, as posições do tradutor, o tempo de composição ou de tradução... A opção de estudar o testemunho dos prólogos na prosa didáctica de temática moral e religiosa visa um melhor conhecimento do estatuto do prólogo na Idade Média e da poética explícita nele contida.

Embora nem sempre surja identificado como tal, são em número limitado as obras em que se pode falar de “secção de texto com função prefacial”⁵, para usar os termos com que Genette se refere aos “prefácios integrados da era pregutenberguiana”⁶. Pelo contrário, a sua extensão e capacidade informativa, revelam uma modalidade literária de pleno vigor, que não se compadece com a repetição dos tópicos exordiais codificados pela tradição retórica⁷, embora não estejam de todo ausentes.

O mais frequentemente actualizado é o da insuficiência de capacidade e engenho: a “bayxeza do meu entendimento e do meu saber”, no *Orto do Esposo*⁸,

2. Sigo o corpus reportoriado por W. METTMANN, no volume que a *Grundriss der Romanischen Literaturen des Mittelalters* dedicou à literatura didáctica (*La littérature didactique en prose*, vol. IX, t. 2, fasc. 7, 1983), excluindo as obras de tema científico e técnico, e admitindo outras que a *Grundriss* não contempla no seu plano geral: as narrativas hagiográficas, pela sua dimensão religiosa, espiritual e didáctica, e outras narrativas que, pelo assunto versado, oscilam entre a crónica e a hagiografia, como a *Coronica do Condestabre*, o *Trautado da vida e feitos do muito virtuoso S.or Ifante D. Fernando*, o *Memorial da mui excellente Princesa e muito virtuosa Senhora ha Senhora Iffante dona Johanna nossa Senhora...*, a *Crónica da Ordem dos Frades Menores (1209-1285)*. Esta selecção não será limitativa e, sempre que for pertinente, recorreré a textos que ultrapassam a delimitação operada.

3. *Vid. Seuil*, Paris, Editions du Seuil, 1987, p. 150.

4. O paratexto abarca as produções textuais que visam a apresentação da obra, como o nome de autor, título, prefácio, etc. *Ibidem*, p. 7.

5. Por ordem cronológica, mencionamos algumas: *Livro que fala da boa vida que fez a Raynha de Portugal, Dona Isabel*, *Diálogos de São Gregório*, *Coronica do Condestabre*, duas originais (a primeira e a última) e uma tradução.

6. *Vid. op. cit.*, p. 158. O teor da afirmação prende-se obviamente com as características gerais do paratexto e não com uma visão diacrónica do prólogo medieval. *Vid. Introduction*. Note-se que o estudo a que procedo é parcelar, pelo que estas características devem ser ponderadas com o alargamento a outros sectores da literatura.

7. *Vid. CURTIUS, E.R.*, “Tópica del exordio”, in: *Literatura europea y Edad Media Latina*, México - Madrid - Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1981, t. 1, pp. 131-6.

8. *Vid. edição crítica com introdução, anotações e glossário de B. MALER*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação - Instituto Nacional do Livro, 1956, vol. I. *Texto crítico*, p. 2.

o “desfalecimento das palauras” do autor de *O Livro da Corte Imperial*⁹, a “minguada maneira” do escrever de D. Duarte¹⁰...; um outro tópico, o sobrepujamento, surge na valoração de obras como o *Livro de Soliloquio de Sancto Agostinho*, de “stremada devoção” “Antre todos os livros que som achados”¹¹, e, no *Livro dos Ofícios*, a melhor obra de Cícero e superior a todas as obras de filosofia moral da livraria régia; segundo D. Pedro, na carta-dedicatória a D. Duarte, “ainda que a vossa Senhoria tenha muitos e mui boos livros que trautam da philosaphia moral, este antre elles deve seer bem prezado”¹².

Poucas são as obras que se apresentam *ex abrupto* e, nos casos analisados, a justificação prende-se com o estado truncado dos manuscritos, ou com o facto de se tratar apenas de uma secção de uma obra mais completa, como acontece com as *Vidas e Paixões dos Apóstolos*, tradução do segundo livro de uma obra (em cinco) de Bernardo de Brihuega (século XIII). Situação análoga ocorre nas compilações hagiográficas que, na generalidade, suprimem os prólogos autógrafos que acompanhavam cada uma das Vidas a que dão agora um novo macrotexto. Mesmo assim, a modalidade prefacial persiste no início da recolha: o *Flos sanctorum em lingoagem portugues* de 1513¹³ é precedido da tradução de um prólogo de Fr. Gauberte (n. primeiro quartel do século XV) a introduzir a sua tradução dos capítulos relativos à Paixão de Cristo, do *Monothessaron* de Jean Gerson (m. 1429); apesar da supressão prefacial, algumas hagiografias conservaram o prólogo original - v.g. *Vida de S. Paulo de Tebas* e de alguns Santos extravagantes portugueses.

A consciência da funcionalidade deste texto preliminar verifica-se a vários níveis. O prólogo ou prólogos do *Livro da Montaria* (redigido entre 1415-33), de D João I, é sintomático. O texto abre naturalmente com um *incipit* amplificado por algumas indicações típicas: título, fontes de informação utilizadas e considerações sobre a pluralidade interpretativa. Para evitar esta ambiguidade, o autor fornece a sua orientação de leitura: “primeiramente este prologo, e deshi os capitulos que se seguem na taboa delle, e per alli saberam a entençom que tiuemos em o escrever”¹⁴. Trata-se, portanto, de uma situação em que temos um

9. Vid. edição da Real Bibliotheca Publica Municipal do Porto, Porto, 1910, p. 4.

10. Vid. *Leal Conselheiro o qual fez Dom Eduarte Rey de Portugal e do Algarve e Senhor de Cepta*. Edição crítica e anotada organizada por J.M. PIEL, Lisboa, Livraria Bertrand, 1942, p. 7.

11. Vid. edição crítica e glossário de M. A. Valle CINTRA, Lisboa, Publicações do Centro de Estudos Filológicos, 1957, p. 3.

12. Vid. *Livro dos Ofícios de Marco Tullio Ciceram o qual tornou em linguagem o Ifante D. Pedro Duque de Coimbra*. Edição crítica, segundo o ms. de Madrid, prefaciada, anotada e acompanhada de glossário por J.M. Piel, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1948, p. 3.

13. Impresso em Lisboa, por Hermão de CAMPOS e Roberto REBELO.

14. Vid. edição de F.M. Esteves PEREIRA, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1918, p. 1.

“prólogo de prólogos”, tal como acontecerá, por motivos diversos, nas traduções precedidas de um paratexto autoral e de outro do tradutor, acentuando, mediante o prefácio acrescentado, a “historicidade empírica”¹⁵ desta modalidade literária.

A poética explícita veiculada por muitos dos prólogos que antecedem obras didáticas, tantas vezes corroborada por excertos metadiscursivos no interior da obra¹⁶, sublinha o estatuto de paradigma de comportamento desta literatura, de modelo orientador da conduta do homem. A conjugação desta dimensão pragmática do texto com a mundividência teocêntrica medieval faz derivar e encaminhar toda a produção literária *de e para* Deus: o postulado de que “toda boa obra ha começo por Ihezu christo”¹⁷ e de que o exercício literário é uma forma de “louvor de Deos”¹⁸ justifica as constantes invocações, pedidos de benção, ou afirmações de dívida em relação ao Senhor que ocorrem nos *incipit* e/ou prólogos; ou os pedidos de salvação eterna atestados geralmente no final dos prólogos ou nos epílogos e/ou *explicit* dos textos.

É claro que estas afirmações tópicas são extensivas a géneros literários de temática profana, apenas se assinalando uma diferença ao nível da constância e frequência com que são usadas, reiteradas e amplificadas no *corpus* delimitado. A atmosfera religiosa que envolve este tipo de obras cria um horizonte de expectativas, marcado pela ortodoxia teológica e pelo conservadorismo oficial, que, no entanto, não se pode erigir em garantia, uma vez que estes e outros tópicos coroam obras de ficção, como fórmulas estratégicas de conquistar uma dignidade e uma validade que à partida lhes estava vedada.

O aspecto mais notório é a pretensão de verdade que estas obras profanas reivindicam e que, pouco a pouco, vão aprendendo a relativizar, aspirando apenas a uma verdade estética, criada pelo texto, enfim a uma aparência de verdade¹⁹. Do lado da verdade absoluta –a que provém de Deus, e que ao homem não é dado alcançar, mas apenas aproximar-se–, estão as paráfrases evangélicas ou bíblicas em geral. Como se afirma no prólogo do *Virgeu de Consolaçon*

15. A expressão é de J.M. SHAEFFER, “Note sur la préface philosophique”, *Poétique*, 69, 1987, p. 36.

16. Esse seria um outro estudo a efectuar: o metadiscorso literário nas narrativas didáticas.

17. Cito uma das muitas ocorrências, retirada de *O Livro da Corte Imperial*, uma obra de apologética cristã (1340-1438), p. 2.

18. Entre os múltiplos exemplos, extraí este do *Virgeu de consolaçon*. Edição crítica de um texto arcaico inédito. Introdução, gramática, notas e glossário de A.B. VEIGA, Porto Alegre, Livraria do Globo, 1959, p. 3.

19. Sobre os escolhos que a literatura de ficção teve de enfrentar, *vid.*, por ex., F. DUBOS, *Aspects fantastiques de la littérature narrative médiévale (XIIème-XIIIème siècles)*, Paris, Librairie Honoré Champion, Editeur, 1991, t. 1, pp. 149 e ss.

(tradução quatrocentista do original castelhano atribuído a Fr. Jacobo de Benavente, frade dominicano de meados do século XIV²⁰), “o que nós dizemos ñ ha auctoridade ñ seria firme, se ñ fosse provado per auctoridades da sancta Escripura e dos sanctos” (p. 3); ou, no *Orto do Esposo*, “o uerbo de Deus, que he Jh[esu Christo], he fonte original de toda sabedorya diuinal e humanal” (p. 3).

Na outra vertente do que F. Dubost designa por tradição historicizante, encontram-se as narrativas hagiográficas (participando simultaneamente da escrita do sagrado e da verdade da história²¹) que, num discurso legitimado pela doxa teológica, protestam constantemente que “a Deus nada é impossível”. A insistência com que o fazem –veja-se, por ex., o *Memorial da... Iffante dona Johanna...*²²– revela-se, por vezes, suspeita. Creio que o desenvolvimento da literatura de ficção, a partir de uma tradição mítica e mararavilhosa de que simultaneamente se pretendia demarcar, num esforço de auto-valorização e de assunção da ficcionalidade, de parceria com a crescente proliferação de mararavilhoso cristão na hagiografia, impôs a algumas narrativas hagiográficas a negação de qualquer semelhança de família com a arte profana: no *Trautado da vida e feitos do... D. Fernando* (1451-60), obra híbrida do ponto de vista genológico (crónica, biografia, hagiografia), Fr. João Alvares atreveu-se a abrir a sua boca –a expressão é do autor– “nom em fingidas patranhas nem em ouçiosas fabulas, que seguem empos dos ventos –sublinhe- se o carácter efémero que se atribui à ficção– e careçem de toda a verdade, mais [em] cousas çertas e manifestas e em todo vereficadas (...). E tomo por testemunha Noso Senhor Deus, que he caminho, verdade e vida, pelo qual quem quer que andar achará folgança e repouso. Este sabe que nom mento e que todo o contheudo no seguinte trautado eu o vy e ouvy e assy o afirmo e do contrario me sento por pelegrim e estranho”²³

Protegida pela legalidade da verdade da revelação e da escrita da história, a literatura didáctica é, assim, positivamente confrontada com a desqualificação da literatura profana. Esta situação de concorrência repercute-se noutros prólogos ricos em informes sobre o nosso sistema literário medieval, assumindo quase o

20. Vid. MARTINS, M., “O Vergel de Consolação”, in: *Estudos de Literatura Medieval*, Braga, Livraria Cruz, 1956, pp. 60-73.

21. Vid. o capítulo que o Autor dedica a “La modalité du vrai dans la narration médiévale”, pp. 142-64.

22. Vid. o meu artigo, “O Memorial da Infanta Santa Joana. Entre a crónica e a hagiografia”, comunicação integrada nas comemorações do V Centenário da morte da Princesa D. Joana –Universidade de Aveiro, Maio de 1990, a publicar na *Revista da Universidade de Aveiro / Letras*, nº 6, 1990. No caso desta obra, a reiteração de protestos de verdade prende-se também com a proximidade autora– protagonista, e, eventualmente, com a tentativa de validar um futuro processo de beatificação.

23. Vid. FREI JOÃO ALVARES, *Obras*. Edição crítica com introdução e notas de A. de Almeida CALADO, vol. I, Coimbra, 1960, p. 2.

cariz de fórmula tópica: é o caso da oposição que, a propósito da leitura²⁴, se traça, no *Leal Conselheiro*, entre o “tractado”, as “moraes enssynanças” ou, numa expressão mais precisa, usada no seu *Livro da Ensinança de bem cavalgar toda sela*, entre “livros dalgũa sciencia ou enssynança”²⁵, e o “livro destorias, em que o entendimento pouco trabalha por o entender ou se nembrar” e que apenas é usado “pera despender tempo ou se desfadar” (p. 4).

A pretensão de ensinar e doutrinar, inerente à esfera do didactismo, não se esgota aqui e surge, como forma de legitimação, em obras ficcionais como o *Amadís de Gaula*. Embora publicado numa época (1508) que escapa já à minha análise, o prólogo de Garcí Rodríguez de Montalvo, informa-nos sobre a recepção das novelas de cavalaria: os cinco livros²⁶ do *Amadís* “hasta aquí mas por patrañas que por crónicas eran tenidos”, e sobre as alterações de sentido moralizante a que procedeu, fazendo-os acompanhar de “enxemplos y doctrinas”²⁷.

Estas reticências em relação à literatura profana e de ficção que, pela frequência com que se manifestam em discursos preliminares, poderiam ser consideradas lugares-comuns esvaziados de sentido, estão também em sintonia com o extra-texto: os teólogos alegam a incapacidade da literatura profana para exprimir a verdade que apenas existe do lado do sentido espiritual, ausente na literatura²⁸.

Mencionei, no início, o tópico do sobrepujamento usado na valoração do *De Officiis*. O seu desenvolvimento comporta uma crítica do tradutor em relação à generalidade da literatura didáctica: “os outros [livros de filosofia moral] per a mayor parte screvem da theorica, e a tençom deste he de mostrar a pratica”. E prossegue na avaliação das consequências desta lacuna: “Porem a mim parece que os outros sem este podem trazer pena e doesto. Que o conhecimento da perfeiçom das virtudes traz desejo de seerem avidas, e a quem nom souber como as poderá cobrar, que lhe sera senom grande pena”. (p. 4).

Em relação próxima com o sentido didáctico presente no discurso paratextual em análise, está o culto, reconhecido e grato, da escrita e dos sábios escritores, que declaradamente se exprime nalguns prólogos hispânicos. Pela importância

24. *Vid. infra*.

25. *Vid.* edição crítica de J.M. PIEL, Lisboa, IN-CM, 1986, p. 3.

26. Por não ser pertinente para o tema em debate, não nos detemos nas incoerências deste prólogo. Sobre o assunto, *vid.*, por ex., CACHO BLECUA, J.M., *Amadís: heroísmo mítico cortesano*, Madrid, Cupsa Editorial, 1979, cap. XIX. “Las contradicciones del prologo y el libro IV”, pp. 389-400.

27. *Vid.* edición, introducción y notas de V. CIRLOT y J.E. RUIZ DOMÉNEC, Barcelona, Editorial Planeta, 1991, p. 6.

28. *Vid.* STRUBEL, A., ““Allegoria in factis” et “Allegoria in verbis”, *Poétique*, 23, 1975, p. 355.

que assume na avaliação do estatuto do prólogo medieval, lembro, embora não se inclua no *corpus* delimitado, o uso que a segunda redacção da *Crónica Geral de Espanha de 1344* (de D. Pedro, Conde de Barcelos) faz do prólogo da *Primera Crónica General de España* (de Afonso X), matriz também do *Prologus Baenensis* ao *Cancionero* (c. 1445)²⁹. A intertextualidade é inequívoca: desde a máxima da preguiça como inimiga do saber, à procura, por parte dos “entendidos”, de meios para preservar o conhecimento, culminando na invenção do alfabeto e na aprendizagem da escrita, presente nas duas primeiras obras³⁰. Partindo de diferente contexto –a narrativa genesíaca atribuída a Moisés–, também o prólogo do *Livro da Montaria* refere, nos mesmos termos, a solução para a morte das gerações antigas e a conseqüente perda da sua memória: “por ende por se perceberem de se os saberes nom perderem, catarom as figuras das letras, e nomearomnas, e fizeram em como se per ellas nom perdessen os saberes: e entom começaram a escrever liuros” (p. 2).

Esta micro-narrativa da invenção da escrita é passível de ser considerada como uma amplificação do tópico mais frequente na historiografia e na hagiografia: escreve-se para preservar a memória e evitar o esquecimento, embora, no caso ilustrado, a tónica seja colocada no estatuto nobre da escrita, o que se revela sobejamente esclarecedor do conceito de literatura a que acima aludimos.

Também incluído na tónica exordial se encontra um lugar-comum, de matriz bíblica, e de presença fiel na narrativa didáctica: a divulgação da sabedoria é uma

29. Antecipo a citação em relação à fonte, transcrita na nota seguinte: “E avn otrosy, porque la pereza es contrarya e enemiga del saber, la qual faze a los omnes que non se lleguen a el, nin busquen carreras por donde los conoscan, ovyeron los sabyos e los entendydos el saber por gran tesoro, e preçiaronlo mucho sobre todas las otras cosas, e touieronlo por lus para alumbrar a sus entendymientos, e de todos los otros que lo sopiessen”. V. do *Cancionero de Juan Alfonso de Baena*. Edición crítica por J.M. AZACETA, Madrid, C.S.I.C., 1966, I vol., p. 9.

30. “et otrosí por la pereza, que es enemiga del saber et faz a los omnes que non lleguen a el ni busquen las carreras por quel connoscan, ouieron los entendudos, et quel preciaron sobre todas las otras cosas el touieron por luz pora alumbrar los sos entendimientos et de todos los otros que lo sopiessen, a buscar carreras por o llegassen a el yl aprendiessen, et despues quel ouiessen fallado, que nol oluidassen. E en buscando aquesto, fallaron las figuras de las letras; et ayuntando las, fizieron dellas sillabas, et de sillabas ayuntadas fizieron dellas partes; e ayuntando otrosí las partes, fizieron razon..”, in: *Primera Crónica General de España*, editada por R. MENÉNDEZ PIDAL con un estudio actualizador de D. CATALÁN, Madrid, Editorial Gredos, 3ª reimpressão, 1977, t. I, p. 3. Vid. ainda a tradução integral do passo na *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Edição crítica do texto português por L.F. de Lindley CINTRA, Lisboa, IN-CM, 1954, p. 4: “e outrossi polla preguiça que he iiga do saber e faz aos homões que nom cheguem a elle nem busquem as carreiras per que o conheçam. // E poren virõ os entendidos, que o prezarõ sobre todas cousas e o teveron por luz pera alumear os seus entendimentos e de todolos outros que o quiserem saber, que era bem de buscarem carreiras per que chegassem a ele e o aprendessem. E, en buscando aquesto, acharom as feçuras das leteras; e, ajuntandoas, fezeron delas silabas; e, ajuntãdo estas sillabas, fezeron delas partes; e, ajuntando outrossi as partes, fezerõ razon..”.

obrigação. E, conseqüentemente, a variante: a sua ocultação a ninguém aproveita e é quase pecaminosa.

A autoridade da palavra escrita explica igualmente a abundância de citações que visam certificar a autenticidade da matéria tratada. Estando a escrita do sagrado acima de qualquer suspeita, é natural que a Bíblia, os Padres e Doutores da Igreja sejam os mais citados. De um modo geral, as sentenças ou narrativas fundadoras mantêm com o tema um elo de relativa pertinência; a relação forçada e quase herética, que D. João I faz, no prólogo do *Livro da Montaria*, de um “dito de sam Bernardo”, sublinha o tecnicismo do recurso: Deus quis nascer em pobreza, porque era o único bem que não possuía e que, existindo na terra, era desprezado pelos homens. O mesmo acontece com a montaria que “em sua bondade passa todollos jogos”, apesar de “estar desprezada” (pp. 2-3)! É precisamente esta desconsideração que o vai motivar para “fazer este liuro de montaria”. Deixando a obsessão pela analogia teológica, assente na palavra ou no comentário sagrado, e patente também em obras de didáctica profana, o prólogo deste tratado ecoa ainda a desvalorização a que a lírica era votada, ao considerar que a montaria “era em si mais alta cousa e mais proueitosa que algũas outras, de que se algũus trabalharam de fazer liuros, assi como de Falcoaria, e de Cantigas, e doutras cousas e artes que muyto menos que esta aproueitam” (p. 3).

Para além da escrita como actividade que retém a memória do passado, os prólogos apontam para outras funcionalidades: o potencial combate à ociosidade e às suas perniciosas conseqüências constitui uma fórmula tópica recorrente³¹; no mesmo sentido concorre a acção morigeradora almejada por D. Duarte: “podera seer que algũus por os enssynos e avisamentos que (...) em este trautado seram scriptos, de mal fazer se refrearem, e pera viver virtuosamente seram enduzidos, a qual sperança nom pouco me acrecenta boo desejo de o trazer a proveitosa perfeiçom”³². Aliada a esta motivação, o mesmo Autor alega o tópico “prazer e desenfadamento” que a escrita propicia³³ (*ibid.*); camuflado num processo de auto-reconhecimento indirecto, o prazer da escrita é igualmente sublinhado na tradução portuguesa de *O Espelho de Cristina*, de Christine de Pisan, um doutrinal para damas de que voltaremos a falar³⁴. E, finalmente, a escrita surge também como uma aprendizagem, pela reflexão prévia a que obriga. D. Duarte reconhe-

31. Vid., v.g., *Leal Conselheiro e Livro de ensinança de bem cavalgar toda sela*.

32. In *Leal Conselheiro*, ed. cit., p. 6.

33. Vid. também o prólogo do *Livro de ensinança...*, ed. cit., p. 3.

34. Vid. edição fac-similada, com introdução de M.M. CRUZEIRO, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1987, f. A ij: as acusações das três virtudes que, alegoricamente, estimulam a Autora a escrever a obra recordam-lhe “a pluma do doce trabalho em que te soyas a deleytar”.

ce-lhe as vantagens a propósito do *Leal Conselheiro*, na medida em que “pensando como sobr’esto ey de screver, saberia mais desta moral e virtuosa sciencia” (p. 1). Caso singular é ainda o da *Vida de S. Teotónio* (tradução do século XV), em que a escrita constitui uma forma de desafio, de libertação catártica da saudade que a morte do santo provocou no Autor da narrativa³⁵.

A progressiva autonomização do prólogo, que se manifesta a nível gráfico³⁶, evidenciando-se igualmente na propensão para considerações de carácter metaliterário, susceptíveis de serem recuperadas por textos independentes, do ponto de vista genológico. A intertextualidade prefacial documenta, assim, a existência de uma modalidade literária com características próprias. A. Porcheras Mayo chamara já a atenção para esta circulação de prólogos dentro do sistema literário espanhol³⁷, mas a proximidade cultural entre os reinos hispânicos permite contactos de maior alcance³⁸. Razões diversas justificam semelhanças em prólogos do mesmo Autor ou de autores com ele relacionados.

É o que acontece com alguns prosadores de Avis, provando concomitantemente que nem tudo é artificial no reino dos prólogos e, se se quiser, que uma afirmação sincera rapidamente se pode volver em tópico, ou ainda que condicionalismos semelhantes estão na origem de afirmações análogas. Independentemente da especificidade de cada caso, o resultado não deixa de ser integrável na esfera da movência de motivos que caracteriza a poética medieval.

Quando se lê, na carta-dedicatória que D. Pedro endereça a D. Duarte, no prefácio da tradução do *De Officiis* de Cícero, a extensa confissão de negligência do tradutor e a adução dos compromissos que o impediram de se empenhar com o afincado exigido pela tarefa, é natural a formulação de um juízo de apreço perante esta capacidade de auto-crítica. Sem pôr radicalmente em causa a sinceridade daquela auto-avaliação, não se pode deixar de estranhar que, anteriormente, o mesmo tipo de observações e justificativas ocorram na dedicatória que Alonso

35. Vid. *Anais, crónicas e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*. Textos publicados com umas introdução por A. CRUZ, Porto, Bibliotheca Pública Municipal, 1968, p. 149. A este propósito, v. a comunicação que apresentei no Colóquio *Le Matre et son disciple*, realizado pelo Instituto de Estudos Franceses da Universidade de Coimbra (21-23 de Abril, 1993): “Modelos de comportamento na literatura hagiográfica. Textos e paratextos”, a publicar no nº 9 de *Confluências*.

36. Não tive oportunidade de confirmar estes dados com a consulta directa dos manuscritos, mas algumas edições dão conta da existência de uma letra capital ornada a iniciar o prólogo e, depois, o texto, o que constitui, desde logo, uma manifestação de autonomia. O *Flos sanctorum* de 1513, embora se trate já de um texto impresso, reproduz exactamente esta situação.

37. Vid. *El prólogo como género literário. Su estudio en el siglo de oro español*, Madrid, C.S.I.C., 1957, pp. 87- 8.

38. Vid. a relação intertextual *supra* identificada.

de Cartagena (bispo de Burgos e conselheiro de D. João II³⁹) dirige ao mesmo rei, por ocasião da sua versão castelhana da *Retórica* de Cícero; a hipótese de se tratar de uma intertextualidade consciente encontrará algum fundamento na possibilidade de D. Pedro ter conhecido esta tradução e o respectivo prólogo⁴⁰.

A alegação de dificuldades em harmonizar as responsabilidades governativas com os projectos culturais em que os infantes se envolviam ocorre ainda no *Livro da Enseñança...*, e em *O Livro da Virtuosa Bemfeitoria*. Que se trata de uma circunstância real, prova-o, em relação a D. Duarte, o primeiro capítulo, da sexta parte, onde afirma: “continuari esta leytura em que passa de quatro ãnos pouco screvy (...), spedyndome della mais brevemente”⁴¹; relativamente ao tratado de D. Pedro, basta o facto, alegado no prólogo, de o Infante ter dado “do acabamento do liuro (...) encomenda ao leçençado frey Ioham uerba”, seu confessor⁴².

O envolvimento da corte na produção literária e as antecipações às críticas de secundarização dos cargos ocupados que encontramos nas obras de D. Duarte e D. Pedro⁴³, extravasam os limites de uma variação da *captatio benevolentiae*. Tanta insistência deixa entrever outras mentalidades que dificilmente reconheceriam qualquer compatibilidade entre o estatuto da nobreza e o da escrita; a conciliação entre as armas e as letras revela-se assaz discutível. Aquelas atitudes prologais reflectem o estranhamento, por parte de alguma nobreza menos preparada, perante uma actividade cultural que arriscava comprometer a resposta às exigências do reino⁴⁴. Expoente máximo desta posição, ao nível do testemunho dos prólogos, é o radicalismo impositivo da resposta que D. João dá a D. Pedro, a propósito da revisão do “liuro dos benefiços entom chamado”: “Elrey disse que nom perteeçia aos cuidados da guerra mesturas de pensamentos que fossem

39. Vid. *Introdução* à ed. cit., p. xii. Este Alonso de Cartagena é o mesmo que traduz o *De Officiis* para castelhano, em 1422.

40. Na dedicatória de Alonso de Cartagena lê-se: “Et como quiera que en el estudio della fui yo tan poco ocupado, et despendí tan poco tiempo, que non digo para la trasladar, mas aun para entender algo della me reputaba et reputo insuficiente” (apud J. PIEL, ed. cit., p. xiii). Na de D. Pedro, o Autor afirma: “cam pouco eu entendo do latim (...) em o [*De Officiis*] tornar nom pus aquella diligencia que podera e se requeria. (...) De nom poer a diligencia e cuidado que se requeria, nem o fazer tam bem como soubera, me scusa outros cuidados que a mym mais propriamente perteeçem que este (...). E ainda nom pus tam grande femença como compria, e esto por o acabar mais cedo” (*ibid.*, pp. 2-3). Por outro lado, a afeição imediata que D. Pedro confessa ter tomado por esta obra e a referência que Alonso de Cartagena faz ao seu gosto pelos livros, conjugadas com o percurso do infante, mostram que, nem sempre, os prólogos são meros repositórios de *topoi*.

41. Vid. ed. cit., p. 127.

42. Vid. 2ª edição com uma introdução e notas por J. COSTA, Porto, Imprensa Portuguesa, 1940, p. 22.

43. S., *Leal Conselheiro, Livro da Enseñança... e Virtuosa Bemfeitoria*.

44. Para esta oposição *cavaleiro / letrado*, no final da Idade Média portuguesa, vid. pp. 199-205 do estudo de L. de Sousa REBELO, “Armas e letras. Um topos do humanismo cívico”, in: *A tradição clássica na literatura portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1982, pp. 195-240.

alheos, porque em sy eram elles atam grandes, que bem parece que outros com elles no coração nom podem caber. E que porem de compoer liuro nem de cuidado outro semelhante, por cousa algũa me nom trabalhasse”. Nos antípodas desta a atitude, estivera a brandura e a capacidade conciliatória de D. Duarte, evocada nestes termos: “uos me dysestes que me trabalhasse de o acabar, porque nom auia tempo alguñ atam embargado per huñ cuidado que elle non desse lugar, e spaço de homem cuidar em outras cousas assaz muy pequenas”. (p. 22)⁴⁵.

Como corolário da dicotomia que alguns prólogos estabelecem entre “livros de ensinança” e “estórias fabulosas”, existem diferentes práticas de leitura: a apressada, em relação aos livros de *estorias* que não requerem o uso de entendimento, ou, numa perspectiva religiosa, dos livros seculares, que não conduzem ao conhecimento de Deus (*Orto do Esposo*), e a pausada e repetida, dos livros de devoção e moral.

A *captatio benevolentiae* inspira muitas das fórmulas de sedução da leitura. No *Virgeu de consolaçon* promete-se “plazer maravilhosamente ao coração daquel que as [obras de devoção] cõ voontade leer ou ouvir” (p. 3). O *Soliloquio de Sancto Agostinho* exige “pureza e limpeza e paz de vōotade” para ler o livro e alcançar o seu objectivo: a contemplação de Deus (p. 3). Além destes requisitos, fornecem-se conselhos de leitura que mudam em função do objecto em causa. A leitura que visa o conhecimento divino, deve ser calma e ordenada, e com o firme propósito de seguir os costumes descritos (*Vita Christi*)⁴⁶. Ainda no âmbito da literatura didáctico-religiosa adverte-se, na *Corte Imperial*, que “lea toda a materia de toda hũa cousa por que algumas cousas acharaa mais compridamente em huñ lugar que em no outro daquella meesma materia”. (p. 4).

As obras de didáctica moral procedem à adaptação deste modelo de leitura e mantêm as mesmas advertências, ainda que não insistam tanto nas condições anímicas dos leitores: os livros “de boas artes e sotiis sciencias” devem ser lidos com atenção; “quanto som melhores e melhor razoados, tanto querem que o intendmento lhe seja mais aplicado” (*Livro dos Ofícios*, pp. 4-5).

No mesmo sentido concorrem as orientações do prólogo no *Leal Conselheiro*⁴⁷: a mesma dicotomia entre as obras de ficção e a literatura didáctica e talvez

45. Sem pretender fantasiar demasiado, parece-me ver, na própria forma como as duas opiniões são apresentadas, um eco das más relações existentes entre D. Pedro e D. João.

46. Vid. LUDOLFO CARTUSIANO, *O Livro de Vita Christi em linguaem português*. Edição fac-similar e crítica do incunábulo de 1495 cotejado com os apógrafos por A. MAGNE, vol. I, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura - Casa de Rui Barbosa, 1957, p. 9: “E avise-se que nom lea sua vida correndo per ela trigosamente, mes ordenadamente..”. E, mais adiante, “E lea a vida de Cristo propoendo seguir seus costumes enquanto poder: pouco aproveita leer, se o nom seguir”.

47. Vid. ainda cap. 94, sobre a leitura dos Evangelhos, e o prólogo do *Livro da Ensinança*.... V. João Dionísio, “D. Duarte a Leitura”, *Revista da Biblioteca Nacional*, 2 (1991), pp. 7-17.

um maior detalhe de informação: “Compre, pera sse melhor entender, de se leer todo de começo, passo, e pouco de cada hũa vez, bem apontado, estando em razoado tempo bem despostos os que leerem e ouvirem”. (p. 4). É de novo a distração propiciada pelos livros de histórias em oposição ao ensinamento veiculado pelos de ciências moral.

A aplicação prática desta teoria da leitura encontra-se parcialmente narrada no prólogo do *Orto do Esposo*, em que, apesar de a freira que encomenda a obra ter rogado insistentemente que lhe fizesse “em [li]nguaem hũũ liuro dos fectos [ant]ygos e das façanhas dos no[bres barões] e das cousas marauilh[osas] do mũdo e das propriedades das [animal]ias” para ler e tomar “[espaço] e solaz ãos dias en que” cessa os “trabalhos corpo[raes]”, o Autor, consciência austera dos deveres da irmã de religião, rejeita o pedido porque, enquanto “[liuros d]as sciencias segraes [alomeam o] ãtendimẽto, pero non acendem a uõõtade pera o amor de Deus”. Por isso, elabora não um “liuro sinpliz daquellas cousas que” lhe demandara, “mais (...) das cousas cõteudas ãnas Escripturas Sanctas e dos dizeres e autoridades dos doutores catholicos e de outros sabedores e das façanhas e dos exenplos dos sanctos homẽes”, misturado com as coisas que ela lhe pedira (pp. 1-2).

A par desta referência ao tipo de leitura exigida pela obra que se prefacia, encontra-se a tipologia do leitor / ouvinte, resumível no binómio “simprez entendimento” / “de sutil entender e mui letrado”. Esta dicotomia é por vezes apresentada como responsável pelo estilo utilizado. Assim, *O Livro da Virtuosa Bemfeitoria* “he dictado em alguũs logares, quanto quer scuro, e em outros bem claro, e parte troncado e em pausas curtas, que ao dictar som de gram trabalho. E outra parte em pausas compridas que de rrazoar he mais chaã maneyra” (p. 22). A conciliação de novas tendências estilísticas com a escrita tradicional visa atingir um público alargado (o passo é longo, mas vale a pena citar): “tall deferença he em elle feita porque aynda que prinçipalmente o liuro aos prinçipes seja aderença, a outros muytos daa geral doutrina. E porque antre muytos ha desvairamento, assi de entenderes como de uontades, desvayradamente foy a obra composta, pera o engenhoso e sotill achar delectaçom a seu entendimento. E ao simprez porem nom minguasse a tal clareza per que aprender podesse as cousas que a elle conuem. E tambem aquelles que filham prazer em nouas maneyras de curto fallar achassem hi alguũ comprimento, do que em esto quer o seu deseio. E os que chaaõ fallam e querem ouuyr achassem scriptura segundo seu geyto”. (*ibid.*).

Este excerto é o melhor exemplo da preocupação com a capacidade de leitura do público, na medida em que se procede a um esforço de harmonização entre a novidade e a tradição, no sentido de tornar a doutrina veiculada acessível a um maior número de pessoas. Como o passo indica, a *Virtuosa Bemfeitoria* destina-

-se essencialmente a príncipes, embora não se exclua a participação de outro público.

Porqueras Mayo afirma que, na Idade Média, as obras são dirigidas a um público confuso e não a um leitor pessoal⁴⁸. Embora, na generalidade, a afirmação não seja destituída de fundamento, gostaria de precisar dois pontos. Pelos prólogos que li, não me parece haver um culto elitista da leitura - o exemplo dado acaba, aliás, de o comprovar. Num número diminuto de textos existe, todavia, a indicação do leitor preferencialmente visado, para logo se alargar a um público mais vasto e, esse sim, heteróclito e “confuso”: o *Orto do Esposo*, dirigido à “jrmãã e compan[h]eyra da c[asa] diuinal e hãanal”, adequa-se igualmente aos “[homêes] de qualquer condiçom” que o autor passa a enumerar, num passo onde o elogio da leitura é flagrante pelas vantagens que todos auferirão: “em este liuro achara o rrude cõ que se ensine e ho sages cõ que huse e o tybo cõ que sse acenda e o fraco con que se conforte (...). Lea per este liuro o estudioso e achara cõ que se deleyte, lea o enfadado e achara com que sse demoua (...)”⁴⁹.

O Espelho de Cristina é aderençado a “todo collegeo femeny no” (f. A ij v.): segundo a folha de rosto, de conteúdo reiterado no final do prólogo, “A primeyra [parte] se enderença aas Raynhas. Prinçesas. Duquesas e grandes senhoras. A següda aas donzellas em espeçyal aaquelllas que andam nas cortes das grandes prinçesas. A terçeyra aas molheres destado e burguesas e molheres de poboo comuñ”. Os homens são tacitamente excluídos. Não é, como se pode verificar, a única obra dirigida a um público feminimo. O mesmo se aplica ainda ao *Memorial da... Iffante dona Johanna*, e ao *Castelo Perigoso*, no seu texto original.

Referi-me, no início, a algumas ocorrências de “prólogos de prólogos” e mencionei o caso das traduções. Na já citada carta-dedicatória que introduz o *Livro dos Ofícios*, são abordados alguns problemas atinentes às dificuldades enfrentadas; de facto, tratando-se da primeira tradução integral de um texto em latim clássico, é natural que D. Pedro reconheça: “ainda que todo o livro seja mal tornado, este derradeiro [o terceiro] entendo que he peor, em tanto que em alguñs logares (...) eu acerca screvia a aventura, nom entendendo o que no livro dezia” (p. 4). O sentido retórico desta afirmação é apenas parcial, como prova o cotejo do original latino com a tradução vernácula: a última parte é, de facto, inferior⁵⁰.

48. *Vid. op. cit.*, p. 88.

49. *Vid. ed. cit.*, pp. 2-3. Poder-se-iam mencionar outros casos, v.g., o *Livro dos Ofícios*, dirigido “aos] portugueses amadores de virtude que nom som ou ao diante nom forem latinados” (p. 2). Esta é talvez a forma mais geral de indicar o destinatário; vaga, sem dúvida, mas com cambiantes referenciais.

50. *Vid. PIEL, J., ed. cit.*, pp. xxii e ss. e p. 4, n. 1.

Era naturalmente mais fácil traduzir textos em latim medieval, cuja prática se exercitava há cerca de dois séculos. O tradutor do *Flos sanctorum* testemunha-o ao explicitar os princípios seguidos: “nom tanto segundo aa lletras nem tam estreitamente seguida que perca a doçura e graça do escreuer e fallar como deue e leyxe confuso ho que tanto nom emtende. Mas sempre e polla mayor parte com ho famoso e excellent Jheronimo: antes ha intelligença que a seca letra seguindo”. (f. i v.)⁵¹

A tradução de uma obra não envolve apenas questões de ordem linguística ou textual, provocando também alterações na comunicação literária. Se confrontarmos o *Castelo Perigoso* (primeira metade do século XV) com o seu original francês (1368), verifica-se a supressão da dedicatória à irmã Rose (do mosteiro de Fontevault), onde se especificava a génese da obra⁵²; a impossibilidade de terem “parlement spirituel”, decide o Autor a compor uma “briève epître”⁵³, recheada de conselhos que dirige “A sa chère cousine soeur et amie en Dieu” e às suas companheiras, “bonnes nonnains”. Ao sair do circuito comunicacional traçado na dedicatória, alarga-se o público visado às “devotes créatures”⁵⁴; na tradução portuguesa, em sintonia com a adaptação francesa, visam-se os “devotos amigos de Deus”, clérigos e leigos⁵⁵, e procede-se a uma adequação do texto ao novo espaço recepcional, com a eliminação de passos mais rigorosos deste tratado de ascetismo⁵⁶.

A recusa do estatuto de autor patente em muitos textos medievais representava a consciência de que só Deus tinha capacidade criativa. Por outro lado, o monopólio da verdade detido pela tradição historicizante impunha a referência constante a um passado histórico ou à palavra divina, daí que o autor recuse, na grande maioria dos casos, a originalidade da criação, optando pelo estatuto de

51. Leitura minha. Ainda sobre a metodologia da tradução, mas já fora dos prólogos, há a referir o cap. 99 do *Leal Conselheiro*, onde se refere a posição oposta à de D. Duarte.

52. Os prólogos são férteis em informações sobre a génese das obras, mas os limites da comunicação não se compadecem com o seu tratamento, pelo que remetemos para um próximo estudo sobre o assunto.

53. Apesar de terem desaparecido muitas marcas deste discurso epistolar na adaptação que a tradução portuguesa seguiu, ainda se encontra, na nossa versão, uma referência directa ou género adoptado: “eu pensava screpver a breve epístola...”. Vid. edição, com notas e glossário, por A. MAGNE, *Boletim de Filologia* (Rio de Janeiro), II, 6, 1946, p. 200.

54. *Apud* MARTINS, M., “O “Castelo Perigoso” na sua forma original e numa adaptação francesa”, *Brotéria*, LXI, 1, 1955, pp. 37 e 41.

55. Vid. ainda ed. cit., *Revista Filológica* (Rio de Janeiro), IV, 15, 1942, p. 192: “mancebas virgeês e doces amigas (...) e vós todos, seculares e religiosos”, ou, *ibid.*, vol. V, 18, 1942, p. 88: “devota pessoa, seja religiosa ou secular”.

56. Vid. art. cit., pp. 36-43 e Soeur Marie Brisson, “*Castelo Perigoso*, version portugaise du *Chastel périlleux*”, *Romania*, t. 89, 2, 1968, pp. 256-66.

ajuntador: é o caso de Fr. Jacobo de Benavente, autor do *Virgeu de Consolaçon* (“trabalhey com gram desejo de juntar esta obra”, p. 3), ou do anónimo compositor da *Corte imperial* (“nom como autor e achador das cousas em elle contheudas mas como simplez aiuntador dellas em huñ uellume”, p. 4).

Na produção das suas obras, estes autores mantêm-se fiéis à *authoritas*, sendo raros os que declaram seguir os conhecimentos que a sua própria experiência lhes ditou; “mais screvo por que sinto e vejo na maneira de nosso viver que per studo de livros nem enssino de leterados” (p. 3) é a declaração de responsabilidade que D. Duarte assume em relação ao seu *Leal Conselheiro*, que, todavia, não está isento da cópia de “certos capitollos doutros livros, por me parecer que faziam declaraçom e ajuda no que screvia” (p. 6).

Se o recurso a fontes alheias sem indicação de autor ou obra foi uma prática generalizada ao longo da Idade Média, no século XV parece assistir-se a mudanças episódicas, documentadas no exemplo de D. Duarte que, fazendo prova de grande honestidade, “demostra donde cadahuñ [capítulo] he tirado” (*ibid.*).

Antes de passar às conclusões, gostaria de salientar que, no âmbito da literatura didáctica moral e religiosa, o onimato se reduz quase aos prosadores de Avis. Em relação às obras traduzidas, os exemplos também são escassos e raramente resultam de uma declaração de autoria - na *Vita Christi* é na dedicatória do impressor português que se indica o nome do autor. Outras vezes apenas o sabemos mediante o cotejo com os originais: é o caso do *Castelo Perigoso*.

No fundo da escala, situa-se o tradutor, cujo nome raramente se conhece. A excepção, que também a este nível se verifica, da corte de Avis, deve-se, obviamente, ao estatuto privilegiado dos seus elementos. Os tradutores “profissionais” eram religiosos e mantinham a discrição que a vida claustral impunha.

Em *O Espelho de Cristina*, deparamos com uma situação assaz sintomática de uma mutação de estatuto autoral. Não só se declara o Autor, como se ficcionaliza a pessoa do encomendador da obra, mediante a alegorização das três virtudes; o resultado estratégico permite ultrapassar o que até então fora vedado: o elogio do talento do autor. Opera-se, assim, uma transição do destinatário do discurso encomiástico - normalmente a pessoa a quem se dedica a obra, ou o seu mecenas⁵⁷ - para o Autor. Esta invenção não está isenta de cedências à tradição. De facto,

57. Exemplo disso e em relação à literatura medieval, embora claramente marcado pelos códigos éticos e literários renascentistas, é o louvor de D. João III, no prólogo do Dr. João 'Alvares à impressão do *Livro de Josep de Abaramatia* (*The portuguese book of Joseph of Arimathea*. Paleographical edition with introduction, linguistic study, notes, plates, & glossary by Henry Hare Carter, Chapel Hill, University of North Carolina Press, 1967, pp. 75-6).

pode ler-se na alusão à fraqueza da sua pessoa e ao cansaço dos seus membros, uma actualização física da tópica incapacidade intelectual.

Mesmo que com reservas, a *entourage* literária e social legitima a aceitação de alguns aspectos da vida real do texto, desvendados pelo prólogo; o confronto com a obra que prefaciam produz geralmente a contra-prova, confirmando a sinceridade de algumas afirmações proemiais.

Do ponto de vista da poética medieval, estes textos permitem antever uma tipologização da literatura existente, distinguindo claramente livros de histórias de literatura de ensinança e, dentro desta, “ciências segrais” de *ciências religiosas*⁵⁸, bem como as respectivas vantagens /inconvenientes que da sua leitura poderão advir.

Apesar do carácter tópico de muitas das suas declarações, o estudo efectuado acusa mutações ocorridas a vários níveis: desde a introdução de novas modas estilísticas, à afirmação do prazer da escrita e da vontade pessoal. A escrita deixa de ser um exclusivo louvor a Deus, embora cumpra ressaltar que esta situação ocorre apenas com a didáctica moralizante, não deixando porém de ser sintomática de alguma alteração. A literatura não surge só como fixadora da memória e do saber, mas também como forma de aprendizagem e, num caso, de *catarsis*.

‘A expressão literária exclusivamente masculina, associam-se as redacções femininas e, numa outra vertente, as obras que visam um público preferencial ou mesmo programaticamente feminino. A prosa didáctica liberta-se do restrito circuito a que estava votada, quer quando se exprimia em latim, quer quando estava confinada às paredes do mosteiro. A leitura individual dá os primeiros passos, para o que concorre a preocupação pedagógica expressa nalguns dos prólogos estudados; laiciza-se, adoptando e adaptando as orientações de leitura das obras de devoção (v.g. *Vita Christi, Livro da Corte Imperial*).

Ainda que estas conclusões não se possam generalizar, o *corpus* delimitado é suficiente para devolver ao prólogo alguma autonomia literária, conquistando mesmo a capacidade de ser reutilizado em diferente cotexto. Mantendo tópicos que lhe garantem a produção do “efeito literário”, conjuga-os com elementos que testemunham a sua historicidade empírica e reflectem aspectos importantes do sistema literário medieval.

Ana Maria e Silva MACHADO
Universidade de Coimbra

58. A terminologia em itálico é minha; foi elaborada a partir do prólogo do *Orto do Esposo*.